

**AgInt no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1297208 - PR
(2018/0120224-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
AGRAVANTE : ANTENOR PINTO
AGRAVANTE : VANDERLEI DOS SANTOS CAMARGO
AGRAVANTE : SONIA MARIA DE CARVALHO
AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES MARTINS
AGRAVANTE : MARIA DE LOURDES COSTA SANTOS
AGRAVANTE : ROSELI DE CARVALHO
AGRAVANTE : LOURDES DE JESUS DA SILVA
AGRAVANTE : JOSUÉ LIMA DE CAMARGO
AGRAVANTE : JOÃO CARLOS DA SILVA
AGRAVANTE : LUIZA MARIANO
**ADVOGADA : LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS E OUTRO(S) -
PR008123**
**AGRAVADO : SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE
SEGUROS**
**ADVOGADOS : MARCO AURELIO MELLO MOREIRA - RS035572
CARLA PINTO DA COSTA - RS061655
ENEIDA DE CASSIA CAMARGO - PR044759
PAULO ANTONIO MULLER E OUTRO(S) - PR067090
YAGO APARECIDO OLIVEIRA SANTOS - RS101974**

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE OBRIGACIONAL SECURITÁRIA. MATÉRIA SUBMETIDA À SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL. DECISÃO SINGULAR QUE, RECONSIDERANDO DELIBERAÇÃO ANTERIOR, DETERMINA A DEVOLUÇÃO DE AUTOS À ORIGEM. DESPACHO. CPC/2015. MEIO DE IMPUGNAÇÃO. IRRESIGNAÇÃO DOS AUTORES.

1. É firme no âmbito desta Corte o entendimento de que é irrecorrível a decisão que determina a devolução dos autos ao Tribunal de origem para a fixação de tese jurídica pelo Supremo Tribunal Federal com repercussão geral reconhecida, porquanto não ostenta caráter decisório. Precedentes.

2. De acordo com o CPC/15, a parte deve demonstrar, no caso concreto, a distinção entre o tema trazido em seu especial e a tese jurídica com repercussão geral pendente de julgamento no STF, por meio de requerimento previsto no art. 1.037, § 9º, de modo que o agravo interno é cabível da

Superior Tribunal de Justiça

decisão que resolver esse requerimento (art. 1.037, § 13).

3. AGRAVO INTERNO NÃO CONHECIDO.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Nancy Andrigli, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino
Relator